



**Ministério
das Finanças**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o
Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais
da Contabilidade para o Setor
Público***

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

Demonstrações Financeiras
1 de janeiro a 30 de junho de 2021

Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa	5
2. Demonstração do Desempenho Orçamental	6
3. Notas Explicativas	7
Nota 1: Contexto Operacional	7
Nota 2: Políticas Contabilísticas	7
Nota 3: Abrangência	8
Nota 4: Data da Autorização	8
Nota 5: Das Receitas e Despesas	8
Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa	9
Nota 7: Impostos	9
Nota 8: Contribuições para Segurança social	9
Nota 9: Transferências Correntes	10
Nota 10: Outras Receitas do Estado	10
Nota 11: Outros Recebimentos (Terceiros)	11
Nota 12: Pessoal e Encargos	11
Nota 13: Aquisição de bens e serviços	11
Nota 14: Juros e outros encargos	12
Nota 15: Subsídios	12
Nota 16: Transferências Correntes	13
Nota 17: Benefícios Sociais	13
Nota 18: Outras Despesas do Estado	14
Nota 19: Outros Pagamentos (Terceiros)	14
Nota 20: Venda de ativos não financeiros	14
Nota 21: Empréstimos concedidos – amortização	15
Nota 22: Compra de Ativos não Financeiros	15
Nota 23: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição	15
Nota 24: Empréstimos Concedidos Mercado Interno	16
Nota 25: Empréstimos Obtidos	16
Nota 26: Amortização de Empréstimo Interno	17
Nota 27: Amortização de Empréstimo Externo	17
Nota 28: Amortização de Empréstimo Leasing	18
Nota 29: Saldo Inicial e Final de Caixa	18

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Mapa do IPSAS - Demonstrativo de Fluxo de Caixa	2020	2021	Referência
Fluxos Operacionais			
Recebimentos	22 160 630 134	20 051 978 683	
Impostos	15 889 043 747	14 956 801 484	7
Segurança Social	27 522 635	29 035 825	8
Transferências	1 389 323 989	689 598 148	9
Outras Receitas do Estado	2 404 100 890	2 209 536 425	10
Outros recebimentos (terceiros)	2 450 638 873	2 167 006 801	11
Pagamentos	26 885 625 087	27 820 298 288	
Despesas com pessoal	10 283 774 267	10 673 187 997	12
Aquisição de bens e serviços	3 341 264 512	3 601 630 219	13
Juros e outros encargos	2 694 840 951	2 056 644 667	14
Subsídios	275 736 254	599 890 940	15
Transferências	2 809 361 417	2 643 791 435	16
Benefícios Sociais	3 913 067 026	4 686 612 114	17
Outras Despesas	806 319 879	771 879 792	18
Outros pagamentos (terceiros)	2 502 638 641	2 353 599 106	19
Adiantamentos por regularizar	258 622 140	433 062 018	
Fluxo Líquido Operacional	-4 724 994 953	-7 768 319 605	
Fluxos de Investimentos			
Recebimentos	202 357 856	542 752 775	
Venda activos não financeiros	45 553 930	527 558 855	20
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	156 803 926	15 193 920	21
Pagamentos	1 173 656 724	1 902 531 729	
Compra de activos não financeiros	889 033 016	1 029 819 344	22
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	260 623 708	289 368 439	23
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	24 000 000	583 343 946	24
Fluxo Líquido Investimento	-971 298 868	-1 359 778 954	
Fluxos de Financiamento			
Recebimentos	11 980 243 516	17 486 778 156	
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	8 999 603 070	14 043 511 675	25
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	2 980 640 446	3 443 266 481	26
Pagamentos	6 328 384 757	5 599 207 010	
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	3 904 660 445	3 555 444 395	27
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	2 355 998 574	1 969 985 827	28
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	67 725 738	73 776 788	29
Fluxo Líquido Financiamento	5 651 858 759	11 887 571 146	
Fluxo Líquido Total	-44 435 062	2 759 472 587	
Saldo Inicial de Caixa	2 816 665 343	633 200 000	30
Saldo Final de Caixa	4 653 400 000	1 172 860 300	30

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Mapa do IPSAS - Demonstrativo Desempenho Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Realizadas	% Inicial	% Atual
Receitas operacionais					
Impostos	39 765 413 606	39 765 413 606	14 956 801 484	37,6%	37,6%
Segurança Social	71 343 545	71 343 545	29 035 825	40,7%	40,7%
Transferências	4 050 143 724	6 037 007 589	689 598 148	17,0%	11,4%
Outras receitas	14 151 134 112	14 151 134 112	2 209 536 425	15,6%	15,6%
Soma das Receitas operacionais	58 038 034 987	60 024 898 852	17 884 971 882	30,8%	29,8%
Receitas (vendas) dos Ativos e Passivos					
Ativos Fixos	538 190 512	538 190 512	527 549 355	98,0%	98,0%
Recursos naturais	1 294 798 147	1 294 798 147	9 500	0,0%	0,0%
Soma Venda de Ativos e Passivos	1 832 988 659	1 832 988 659	527 558 855	28,8%	28,8%
Total das Receitas	59 871 023 646	61 857 887 511	18 412 530 737	30,8%	29,8%
Despesas Operacionais					
Despesas com pessoal	24 230 012 387	24 409 193 947	10 673 187 997	44,0%	43,7%
Aquisição de bens e serviços	11 372 349 901	13 038 476 099	3 601 630 219	31,7%	27,6%
Juros e outros encargos	5 462 707 342	5 464 407 342	2 056 644 667	37,6%	37,6%
Subsídios	628 543 956	1 031 728 813	599 890 940	95,4%	58,1%
Transferências	7 388 896 270	7 173 240 819	2 643 791 435	35,8%	36,9%
Benefícios Sociais	8 070 816 689	9 201 284 873	4 686 612 114	58,1%	50,9%
Outras Despesas	3 851 071 058	3 681 971 294	771 879 792	20,0%	21,0%
Adiantamento por regularizar			433 062 018		
Soma das Despesas operacionais	61 004 397 603	64 000 303 188	25 466 699 182	41,7%	39,8%
Compra de Ativos e Passivos					
Ativos Não Financeiros	16 891 629 071	17 484 928 708	1 029 819 344	6,1%	5,9%
Ativos Financeiros	1 130 271 573	1 091 229 832	857 518 465	75,9%	78,6%
Soma Compra de Ativos e Passivos	15 761 357 498	16 393 698 876	172 300 879	1,1%	1,1%
Total das Despesas	76 765 755 101	80 394 002 064	25 639 000 061	33,4%	31,9%
Saldo Global	-16 894 731 455	-18 536 114 553	-7 226 469 324	42,8%	39,0%
Passivos financeiros - novo financiamento					
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	13 638 864 415	13 638 864 415	14 043 511 675	103%	103%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	17 440 355 807	19 081 738 907	3 443 266 481	20%	18%
Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento					
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	6 415 235 768	6 415 235 768	1 969 985 827	31%	31%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	7 584 253 001	7 584 253 001	3 555 444 395	47%	47%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	185 000 000	185 000 000	73 776 788	40%	40%
Financiamento Líquido	16 894 731 453	18 536 114 553	11 887 571 146	0	0
Saldo Total	0	0	4 661 101 822	0	0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1 de janeiro a 30 de junho de 2021

3. Notas Explicativas

Nota 1: Contexto Operacional

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e contabilidade pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei n.º 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo – SIGOF – e das Notas Explicativas.

Nota 2: Políticas Contabilísticas

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do II trimestre de 2021 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

Nota 3: Abrangência

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos e por duas Agência Reguladoras, perfazendo um total de 76 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 7/2021, de 18 de janeiro de 2021.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 20 (incluindo as estruturas que compõem a Chefia do Governo)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos – 46
- Entidade Reguladora - 2

Nota 4: Data da Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 13 de junho de 2021 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial.

Nota 5: Das Receitas e Despesas

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (registadas na conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2021, aprovado a 18 de janeiro de 2021.

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo, na sua maioria, efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrónica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2021, aprovado a 18 de janeiro de 2021.

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetadas a Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

Nota 7: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
DGCI	6 925	0	6 925	8 310
DGA	8 032	0	8 032	7 579
Total de Impostos	14 957	0	14 957	15 889

Observa-se que, no segundo trimestre de 2021, houve um decréscimo de receita de impostos na ordem de -5,9%, quando comparado aos dados do trimestre homólogo. Este decréscimo, deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente ao nível do Turismo e das medidas excepcionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações por parte dos contribuintes.

Nota 8: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Taxa social única	0	0	0	0
Contribuições para segurança social	29	0	29	28
Outras contribuições	0	0	0	0
Total de Contribuições	29	0	29	28

Em junho de 2021, as receitas advenientes da segurança social apresentaram um acréscimo de 1,5 milhões de CVE, em face ao período homólogo de 2020. A sub-rubrica contribuições para a caixa de aposentações e pensões respondem por 99,1% do total da arrecadação das contribuições, que são formadas ainda pelo somatório das contribuições para segurança social da taxa social única e outras contribuições.

Nota 9: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Governos Estrangeiros	229	0	229	1 171
Organismos Internacionais	245	3	248	10
Administrações Públicas	35	177	212	208
Total de Transferências	509	181	690	1 389

O agrupamento económico das transferências apresentou um decréscimo na ordem dos 50,4%, comparativamente ao período homólogo, sendo a rubrica governos estrangeiros representando 33,2% e dos organismos internacionais 36,0% do total de arrecadação desta receita. Concerne das administrações públicas o peso remanescente de 30,8% do total.

Nota 10: Outras Receitas do Estado

Outras Receitas do Estado	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Rendimentos de propriedade	33	142	175	208
Venda de bens e serviços	908	957	1865	1976
Multas e outras penalidades	74	2	76	112
Otras transferências	0	22	22	10
Otras receitas diversas e não especificadas	54	18	72	99
Total de Outras Receitas	1 069	1 140	2 210	2 404

No segundo trimestre de 2021, a rubrica outras receitas registou uma diminuição de 8,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo o impacto da Covid-19, através da performance das sub-rubricas que compõem os principais elementos desse agregado de receitas:

- i. rendimento de propriedade, registou um decréscimo de 15,8%, em -33,0 milhões de CVE;
- ii. venda de bens e serviços, que diminuíram 5,6%, devido, essencialmente, a variação negativa das vendas de bens correntes e das taxas de prestação de serviços;
- iii. as receitas com multas e outras penalidades e juros de mora que diminuíram em -29,6 milhões de CVE e -14,3 milhões de CVE, respetivamente;
- iv. registou-se um decréscimo na rubrica outras receitas diversas e não especificadas em -27,3%;
- v. em contrapartida, verificou-se uma variação positiva na rubrica outras transferências correntes (+123,8%; +12,0 milhões de CVE).

Nota 11: Outros Recebimentos (Terceiros)

No agrupamento “outros recebimentos” enquadra-se os recebimentos por conta de terceiros e que são depositados no Tesouro, nomeadamente, cauções e contas de entidades externas ao Governo abertas no banco Tesouro.

Até junho de 2021, registou-se um total de recebimentos (terceiros) de 2.167,0 milhões de CVE, enquanto que no mesmo período em 2020 o valor recebido foi de 2.450,6 milhões de CVE.

Nota 12: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Pessoal e encargos				
Remunerações certas e permanentes	7 164	2 849	10 013	9 684
Encargos com a segurança social	424	236	660	599
Total Pessoal e encargos	7 588	3 085	10 673	10 284

No segundo trimestre de 2021, as despesas com pessoal e encargos representaram 40,3% do total das despesas da Administração Central, atingindo os 10.673,2 milhões de CVE, sendo que as remunerações certas e permanentes respondem a 93,8% do total desta rubrica e os encargos com a segurança social 6,2%. Estão incluídos nesse grupo a remuneração do pessoal ativo e subsídios. Compreende ainda, as obrigações laborais de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

A Administração direta corresponde a 71,1% do total de despesas desta rubrica e os Fundos e Serviços Autónomos com 28,9%. Comparando o ano de 2021 com o ano de 2020, verificou-se que as despesas com pessoal e encargos aumentaram 3,8% (+389,4 milhões de CVE).

Nota 13: Aquisição de bens e serviços

Aquisição de bens e serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Aquisição de bens	750	576	1 326	1 186
Aquisição de serviços	1 720	555	2 275	2 155
Total aquisição de Bens e serviços	2 470	1 131	3 602	3 341

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

A rubrica aquisição de bens e serviços, quando comparado com mesmo período do ano de 2020, apresentou um agravamento de 7,8%, correspondendo a um peso de 13,6% do total das despesas da Administração Central, situando-se em 3.601,6 milhões de CVE.

Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as despesas com aquisição de bens correspondem a 36,8% e a aquisição de serviços 63,2% do total de despesas desta rubrica económica.

Nota 14: Juros e outros encargos

Juros e outros encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Juros da dívida Externa	478	0	478	1 142
Juros da dívida Interna	1 567	0	1 567	1 552
Outros Encargos	11	0	11	1
Total de juros e encargos	2 057	0	2 057	2 695

Comparando-se o segundo trimestre de 2021 com o de 2020, verificou-se uma diminuição de 23,7%. Esta performance, deveu-se ao decréscimo nas despesas com os juros da dívida externa em -58,1% (-663,5 milhões de CVE) derivado da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países vulneráveis, conjugado com o aumento juros da dívida pública interna em 1,0% (+15,0 milhões de CVE).

Nota 15: Subsídios

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2020	2021	2020
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	54	0	54	261
Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	414	132	546	15
Total de subsídios	123	132	600	276

Em junho de 2021, a rubrica subsídios apresentou um aumento de 117,6% quando comparado com o mesmo período do ano transato, em decorrência da sub-rubrica subsídio às empresas privadas não financeiras, que apresentou um aumento de 530,9 milhões de CVE, em face ao período homólogo de 2020. Dado a situação pandémica da Covid-19, O Estado, no âmbito do protocolo assinado com as agências marítimas, assume o compromisso de atribuir um subsídio compensatório sempre que as linhas se comprovarem deficitárias.

Nota 16: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2019
Para Governos Estrangeiros	26	3	29	40
Organismos Internacionais	63	0	63	62
Administrações Públicas	2 508	44	2 552	2 707
Total de Transferências	2 596	48	2 644	2 809

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas, até junho de 2021, foi de 2.643,8 milhões de CVE, representando uma diminuição de 165,6 milhões de CVE relativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as transferências destinadas a fazer face aos compromissos das administrações públicas correspondem a 96,5% do total das transferências, seguido das despesas com os organismos internacionais e para os governos estrangeiros com 2,4% e 1,1%, respetivamente.

Nota 17: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Pensões e Reformas	2 746	440	3 628	3 367
Evacuações de Doentes	41	78	196	171
Benefícios sociais em espécie	3	0,2	3	0,2
Outros Benefícios Sociais em Numerário	318	1	860	375
Total de Benefícios Sociais	3 630	1 057	4 687	3 913

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 4.686,6 milhões de CVE, superando a soma registada no período transato, em 773,5 milhões de CVE. Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 77,4% foi canalizado para pensões e reforma. As pensões de aposentação e as pensões do regime não contributivo, cifraram em 2.493,1 milhões de CVE e 964,0 milhões de CVE, respetivamente, representando 53,2% e 20,6% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 129,9% (+487,5 milhões de CVE), impulsionada no âmbito do projetos Covid-19

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

implementação do rendimento solidário, do projeto de inclusão social, de inserção e formação para empregabilidade, da implementação de rendimento social de inclusão, do Pepap 9ª edição, do reforço das competências nacionais na operacionalização do plano nacional de cuidados, do projeto de apoio integrado à família, da garantia de cuidados de dependentes.

Nota 18: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Seguros	16	13	28	44
Partidos Políticos	36	0	36	38
Organizações não governamentais	44	18	62	46
Restituições	2	1	2	125
Indemnizações	174	5	179	119
Outras Despesas	121	343	464	434
Total de Outras Despesas	393	379	772	806

No que se refere a rubrica “Outras despesas do Estado”, estas registaram um desagramento no montante de 34,4 milhões de CVE, quando comparado com o mesmo período em 2020. Esta performance decorreu, justificado, essencialmente, pela não restituições do IVA até junho de 2021. A rubrica outras despesas do Estado correspondem a 2,9% do total de pagamentos efetuados pela Administração Central no segundo trimestre de 2021.

Nota 19: Outros Pagamentos (Terceiros)

No agrupamento “outros pagamentos” enquadra-se os pagamentos efetuados pelo Tesouro por conta de terceiros, utilizado os recursos destes depositados no Banco Tesouro.

Até junho de 2021, verificou-se um total de pagamentos de 2.353,6 milhões de CVE contra 2.502,6 milhões de CVE do ano de 2020.

Nota 20: Venda de ativos não financeiros

Venda Ativos Não Financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado
------------------------------	----------------------	-----------------------------	----------

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

	2021	2021	2021	2020
Ativos Fixos	528	0	528	46
Total Venda Ativos Não Financeiros	528	0	528	46

De janeiro a junho de 2021, as vendas de ativos não financeiros registaram um acréscimo de 482,0 milhões de CVE, devendo-se, essencialmente, do aumento que se verificou nas alienações de imóveis e edifícios comparativamente ao ano transato.

Nota 21: Empréstimos Concedidos – Amortização

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Empréstimos Concedidos	15	0	15	157
Total de Empréstimos Concedidos	15	0	15	157

Esta rubrica engloba as operações pelos empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos empréstimos concedidos às autarquias locais e empresas públicas. Tais ativos estão concentrados à Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos e da Praia, correspondendo a 72,4% dos valores totais dos empréstimos concedidos.

Nota 22: Compra de Ativos não Financeiros

Compra Ativos não financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Ativos fixos	903	93	996	885
Recursos naturais	33	1	34	4
Total de Compra Ativos não financeiros	936	94	1 030	889

A compra dos ativos não financeiros, no segundo trimestre de 2021, registou um total de 1.029,8 milhões CVE, o que representa um acréscimo de 15,8% relativamente ao período homólogo. Este aumento resulta da execução de alguns projetos de investimento ligados a educação, melhoria de qualidade de energia e em infraestruturas.

Nota 23: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
NEWCO	166	0	166	246
OUTROS	123	0	123	15
Total de Ações e Outras Participações	289	0	289	261

O total das ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o segundo trimestre de 2021 totalizou 289,4 milhões de CVE, o que representa um aumento de 11,0% relativamente ao período homólogo. As participações incluem investimentos em empresas públicas.

Nota 24: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

O Governo concedeu 583,3 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno, durante o segundo trimestre 2021, devido a necessidade de financiamento no mercado interno, o que representa um aumento de 559,3 milhões de CVE relativamente ao período homólogo.

Nota 25: Empréstimos Obtido – Mercado interno

Crédito Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Sistema bancário	5 383	0	5 383	792
Sistema não bancário	3 878	0	3 878	2 435
Total de Crédito Interno	9 260	0	9 260	3 228

A conta de empréstimos internos está classificada conforme a origem do credor interno. Verifica-se um aumento de 186,9% dos empréstimos internos em relação ao exercício de 2020. Em termos de constituição do crédito interno por setor, o sistema bancário e o sistema não bancário detêm 58,1% e 41,9% do total do crédito interno, respetivamente.

Nota 26: Empréstimos Obtidos

Empréstimos Obtidos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2021	2021	2021	2020
Multilateral	3 144	0	3 144	2 868
BAD	583	0	583	66
BADEA	2	0	2	103

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

BM/IBRD	0	0	0	504
FIDA	47	0	47	0
BM/IDA	2 512	0	2 512	2 191
OPEC	0	0	0	5
Bilateral	297	0	297	113
Áustria	125	0	125	20
FUNDO KUWAIT	115	0	115	63
JICA	57	0	57	30
Comercial	3	0	3	0
KBC	3	0	3	0
Total de Empréstimos Obtidos	3 443	0	3 443	2 981

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral, bilateral e comercial. Tais passivos estão concentrados na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 91,3% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 2.512 milhões de CVE refere-se à dívida com o BM/IDA ligados ao setor de economia, transporte e turismo.

Nota 27: Amortização de Empréstimo Interno

Amortização de Empréstimo Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2021	2021	2021	2020
Amortização de Empréstimo Interno	3 555	0	3 555	3 905
Total de Amortização de Empréstimo Interno	3 555	0	3 555	3 905

Em junho de 2021, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 3.555,4 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 8,9% (-349,2 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano transato. Do montante pago, 95,7% por obrigações do tesouro, 3,1% por bilhetes do tesouro e 1,2% por outros créditos.

Nota 28: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2021	2021	2021	2020
Amortização de Empréstimo Externo	1 970	0	1 970	2 356
Total de Amortização de Empréstimo Externo	1 970	0	1 970	2 356

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Comparando-se o segundo trimestre de 2021 com o de 2020, verificou-se uma diminuição no total de amortização do empréstimo externo em -386,0 milhões de CVE (-16,4%), cifrando-se em 1.970,0 milhões de CVE. Analisando na ótica de modalidade de empréstimo, notou-se que 76,6% refere a empréstimo de projetos de investimentos (conta especial), 2,9% a empréstimos conta caixa, 5,9% a projetos de investimentos e 20,5% a empréstimos de retrocessão.

Nota 29: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Consolidado	
	2021	2021	2021	2020
Amortização de Empréstimo Leasing	74	0	74	68
Total de Amortização de Empréstimo Leasing	74	0	74	68

Relativamente a amortização de empréstimos leasing (decorrente da política de aquisição de viaturas do Estado), estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 8,9% (+6,1 milhões de CVE).

Nota 30: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial provisório da conta do Orçamento do Estado situou em 633,2 milhões de CVE tendo encerrado com 1.172,9 milhões de CVE em 30 de junho de 2021.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado nos demonstrativos financeiros diz respeito somente ao saldo da conta única do Tesouro do orçamento do Estado e cuja informação é estimada através das estatísticas do BCV. De observar que as estatísticas relativamente a 2020 ainda estão em processo do apuramento por parte daquela instituição. O saldo definitivo será reportado aquando da apresentação da Conta Geral do Estado para 2020.